



Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e quatro minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), e os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

O Sr. Vereador Nuno Filipe de Jesus Marques Nunes da Cruz (PS) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 e 2.

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 3 e 4.

O Sr. Vereador Domingos Moreira Semedo (PS) esteve presente em substituição da Vereadora Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 5 e 6.

Secretariou a reunião a Chefe da Divisão de Administração Geral, Sofia Isabel Lopes Casas Novas, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 7.

### **Ordem de Trabalhos**

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
  - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
  - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
  - 1. Deliberação n.º 1152/2023 – Proposta n.º 69/2023 – GAP – Apoio financeiro à Associação Setúbal Voz - Conferência-espetáculo na Assembleia da República**
  - 2. Deliberação n.º 1153/2023 – Proposta n.º 70/2023 – GAP – Contrato de Consórcio para o Desenvolvimento do Investimento Territorial Integrado “Rio de Culturas – Rede Urbana do Vale do Sado”**
  - 3. Deliberação n.º 1154/2023 – Proposta n.º 6/2023 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “AICEP Global Parques”**
  - 4. Deliberação n.º 1155/2023 – Proposta n.º 448/2023 – CBSS/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º**

- 11/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a aquisição de veículo urbano de combate a incêndios – Adjudicação**
5. **Deliberação n.º 1156/2023 – Proposta n.º 461/2023 – DAF/DICOR – Adjudicação da contratação do empréstimo MLP para Investimentos Municipais – PPI 2024**
  6. **Deliberação n.º 1157/2023 – Proposta n.º 462/2023 – DAF/DICONT – 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e 9.ª ao Plano de Atividades Municipal**
  7. **Deliberação n.º 1158/2023 – Proposta n.º 45/2023 – DEB/DIGEPE – Carta Educativa do Concelho de Setúbal**
  8. **Deliberação n.º 1159/2023 – Proposta n.º 453/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 32/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins-de-infância, do 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário da rede pública do concelho, para os anos letivos 2024/2025, 2025/2026 e 2026/2027- Abertura**
  9. **Deliberação n.º 1160/2023 – Proposta n.º 463/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 132/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento de refeições escolares para alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário da rede pública do concelho, para o ano letivo 2022/2023 e 2023/2024 – Reposição do equilíbrio financeiro do contrato através da revisão extraordinária de preços**
  10. **Deliberação n.º 1161/2023 – Proposta n.º 464/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 02/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins de infância e para alunos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho, para os anos letivos de 2022/2023 e 2023/2024 – Reposição do equilíbrio financeiro do contrato através da revisão extraordinária de preços**
  11. **Deliberação n.º 1162/2023 – Proposta n.º 452/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 12/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o aluguer de britadeira com operador, pelo período de 24 meses – Adjudicação**
  12. **Deliberação n.º 1163/2023 – Proposta n.º 460/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 21/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde e acompanhamento ambiental relativa à empreitada Requalificação do Bairro da Alameda das Palmeiras, em Setúbal – Adjudicação**
  13. **Deliberação n.º 1164/2023 – Proposta n.º 154/2023 – DCDJ – Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a União das Freguesias de Setúbal e a Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal**
  14. **Deliberação n.º 1165/2023 – Proposta n.º 155/2023 – DCDJ/DICUL – Venda de brochuras da Casa do Corpo Santo**
  15. **Deliberação n.º 1166/2023 – Proposta n.º 156/2023 – DCDJ/DICUL – Consulta Pública – Plano Estratégico Municipal para a Cultura Setúbal 2030**
  16. **Deliberação n.º 1167/2023 – Proposta n.º 326/2023 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida por “Verificação técnica ao abrigo do artigo 12.º do RGEU” - Processo n.º 18/23**
  17. **Deliberação n.º 1168/2023 – Proposta n.º 327/2023 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida por “Verificação técnica ao abrigo do artigo 12.º do RGEU” - Processo n.º 19/23**

18. *Deliberação n.º 1169/2023 – Proposta n.º 328/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de plano de demolição - Processo n.º 299/23*
  19. *Deliberação n.º 1170/2023 – Proposta n.º 329/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição - Processo n.º 58/22*
  20. *Deliberação n.º 1171/2023 – Proposta n.º 330/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de arquitetura - Processo n.º 470/22*
  21. *Deliberação n.º 1172/2023 – Proposta n.º 331/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura - Processo n.º 311/20*
  22. *Deliberação n.º 1173/2023 – Proposta n.º 332/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 13/22*
  23. *Deliberação n.º 1174/2023 – Proposta n.º 333/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 8/22*
  24. *Deliberação n.º 1175/2023 – Proposta n.º 334/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 9/22*
- C) *Período destinado à intervenção do Público*

## **A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

### **1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)**

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH) e do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 8 e 9;
- b) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais, Saúde e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 10;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), incluindo os relativos à emissão de alvarás de construção e utilização, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 11 a 13.

### **2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

**Sr. Vereador Nuno Cruz** – Referiu que o Campo Municipal do Forte da Bela Vista, cujas instalações pertenciam ao município, aparentava alguma degradação. Questionou se existia algum contrato de cedência daquelas instalações à Associação Desportiva “Os Africanos”, para os mesmos fazerem a gestão diária do espaço. Em caso afirmativo, questionou se o referido clube recebia algum apoio anualmente para fazer a manutenção e acompanhamento do campo. Em caso negativo, questionou se existia por parte da autarquia alguma previsão de melhoria das instalações. Recentemente as instalações sofreram algum vandalismo, sendo que alguns materiais de pertença da Associação Desportiva “Os Africanos” foram roubados, inclusivamente alguns equipamentos de lavagem. Questionou se existia por parte da Divisão de Desporto da Câmara Municipal de Setúbal algum apoio previsto para o clube, porque o clube vivia de poucos recursos e naquele momento estavam com algumas dificuldades para desenvolver a sua atividade desportiva.

Disse que junto ao Colégio de Santa Ana existia uma paragem, questionou se estaria previsto nos próximos meses alguma intervenção de melhoria daquele espaço, uma vez que surgiam muitos acidentes naquela zona, porque o piso em pedra era inclinado e bastante escorregadio sempre que chovia, para além de que o espaço do passeio em frente da paragem era muito

curto, criando alguma dificuldade para pessoas que utilizavam cadeira de rodas, carrinhos de bebé, ficando o espaço disponível muito curto para as pessoas que passavam entre a paragem e o autocarro.

Questionou se estaria prevista uma intervenção, para melhoria daquele espaço.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que a Associação Desportiva e Cultural “Os Africanos” informara-os que houve uma reunião com o senhor Presidente da Câmara Municipal na última sexta-feira - para perceber o que iria ser feito com aquele espaço - e que a Câmara Municipal já tinha demonstrado a disponibilidade de compartilhar aquilo que foram as perdas da referida Associação, no seguimento daquilo que dissera o senhor Vereador Nuno Cruz.

Mesmo não sendo da responsabilidade da Câmara Municipal de Setúbal, questionou o senhor Presidente, tendo em conta a importância do assunto, se tinha alguma informação sobre a abertura do Centro de Saúde de Azeitão. O mesmo estava pronto e não tinham a informação de que fosse abrir, pelo que gostariam de saber se já haveria uma previsão de abertura daquele equipamento de saúde.

Relativamente à notícia sobre a aprovação parcial do PDM, disse que houve um condicionamento no que se referia ao Parque da Arrábida e Estuário do Sado.

Questionou se o PDM só iria ser publicado no Diário da República, após sanadas aquelas questões, pelo que gostaria de perceber melhor o que estaria em causa.

**Sr. Presidente** – Relativamente à questão da Associação Cultural e Desportiva “Os Africanos”, disse que tivera oportunidade de ter uma reunião com um dos responsáveis da referida Associação, tendo sido avaliada a situação. Naquele momento a Associação estaria empenhada na abertura da nova sede, cedida pela Câmara Municipal, prevista para o mês de janeiro. A referida Associação demonstrara o interesse em retomar a atividade desportiva. Quando a Associação tivesse as condições para retomar a atividade desportiva nas várias valências, a Câmara Municipal avaliaria e iria encontrar as soluções adequadas para o desenvolvimento desportivo.

Recordou que havia um compromisso da Câmara Municipal de requalificar dois novos campos de futebol, sendo um deles nas Praias do Sado e outro no Viso, permitindo que os clubes desportivos da cidade ficassem com melhores condições para promoção e desenvolvimento da sua atividade. O campo da Bela Vista era uma questão que a Câmara Municipal teria de avaliar e ver que solução haveria para aquele campo. Tudo aquilo tinha sido transmitido ao Grupo Desportivo Os Africanos. Aguardavam que o Grupo Desportivo lhes dissesse quando teriam as condições para poder integrar as equipas nos respetivos campeonatos, para a Câmara poder dar resposta àquela pretensão.

Relativamente ao Centro de Saúde de Azeitão, disse que teve uma conversa com o senhor Ministro da Saúde, tendo transmitido aquela preocupação. A Câmara Municipal de Setúbal não tinha competência na área da saúde, designadamente no que dizia respeito aos equipamentos. A Câmara Municipal estabeleceu com o Ministério da Saúde uma parceria, porque tratando-se de questões da saúde, embora não cabendo à Câmara Municipal as responsabilidades dos equipamentos, a Câmara Municipal assumira responsabilidades de uma parceria. A parceria estava relacionada com a construção do Centro de Saúde de Azeitão, do Centro de Saúde da Bela Vista e do Centro de Saúde da Praceta Maria Lamas.

A Câmara Municipal de Setúbal fizera um investimento para a construção do Centro de Saúde de Azeitão no valor de 1.400 mil euros do orçamento municipal. Quando receberam da empresa construtora as chaves das instalações entregaram-nas à Administração Regional de Saúde. Ao falar com o senhor Ministro disse pretender saber se havia alguma perspetiva no sentido de aquelas instalações poderem ser utilizadas, procurando servir toda a população de Azeitão, porque aquelas instalações tinham condições para dar uma satisfação às necessidades da população. O senhor Ministro dissera-lhe que iria avaliar e ver como poderiam regularizar aquela situação.

Também falou com o senhor Ministro sobre a situação do Centro de Saúde da Bela Vista, sendo que naquele entendimento a Câmara Municipal assumia a cedência dos terrenos, a elaboração dos projetos, os arranjos exteriores e as acessibilidades. Disse que falou com o senhor Ministro aquando da abertura do aviso para a candidatura do Centro de Saúde da Bela Vista, o qual tinha sido aberto com uma verba de 1.200 mil euros. Disse que a Administração Regional de Saúde tinha uma parceira com a Câmara Municipal e sabia que o projeto apontava para um investimento de 1.500 mil euros. Nessa altura falou ao senhor Ministro e ele dissera-lhe que iria encontrar uma solução. A Câmara Municipal dera andamento ao processo e inscrevera aquele investimento com 1.500 mil euros, no entanto, até ao presente a candidatura ainda não foi aprovada. A Câmara Municipal considerava que se tratava de uma questão urgente, tratava-se da saúde dos munícipes do concelho, por essa razão lançaram o procedimento, já tinham sido abertas as propostas e estavam num processo de adjudicação.

A Câmara não poderia adjudicar a obra do Centro de Saúde da Bela Vista enquanto não tivesse a candidatura aprovada, tendo a oportunidade de dizer ao senhor Ministro no sentido de poderem concretizar mais aquele investimento. Tratava-se de um investimento que iria ter da parte da Câmara Municipal significativas verbas que saiam do orçamento municipal, sendo que a Câmara Municipal não tinha competências, não tinha responsabilidades nos investimentos, designadamente nos equipamentos, mas tratando-se da saúde das populações a Câmara Municipal envolvia-se naquelas parcerias.

Relativamente ao Centro de Saúde da Praceta Maria Lamas, que era nas mesmas condições, aguardaram até à semana anterior que Administração Regional de Saúde lhes apresentasse o programa para que elaborassem os projetos.

A informação do programa terá chegado no final da semana passada, pelo que iriam desencadear os respetivos procedimentos. Aquilo era da máxima urgência e da máxima responsabilidade de todas as entidades de quem tinha responsabilidade na Administração Pública, porque se tratava de servir e garantir cuidados de saúde.

Como conversaram sempre com o Ministério da Saúde, a Câmara Municipal de Setúbal envolvia-se naqueles processos, assumia aquelas responsabilidades e o financiamento direto do orçamento da Câmara Municipal, no sentido de garantir as condições de acesso direto às populações, em vez de irem à urgência do hospital de Setúbal, tal como aconteceu até àquela altura, criando durante vários meses situações dramáticas às populações que frequentavam o hospital de Setúbal.

Disse ser naquele quadro que trabalhavam no sentido de garantir as melhores condições às populações nas diversas prestações de serviços de saúde e no cumprimento de um serviço público, que era devido pelo Estado, pelos diversos níveis da Administração, às nossas populações.

No que se referia à aprovação do Plano Diretor Municipal, disse que passaram mais de dois anos em que os órgãos municipais, nos termos da lei, aprovaram o Plano Diretor Municipal. Tendo em conta que alguns serviços da Administração não concordaram com as propostas aprovadas pelos Órgãos Autárquicos, o Plano Diretor Municipal tivera de ir para retificação no Conselho de Ministros e passados dois anos continuavam à espera que aquela situação se resolvesse.

Disse que tivera a oportunidade de falar com vários membros do Governo, dizendo que, se não conseguiam encontrar uma solução para as questões que identificaram e com as quais não concordavam, que ratificassem na parte em que não havia problemas. Porque a Câmara Municipal de Setúbal tinha investidores com centenas de milhões de euros e que não podiam continuar a ficar pendentes de uma resolução de um Conselho de Ministros. O Plano na sua dimensão mais larga não poderia penalizar os investidores. O Governo considerou que não se poderia arrastar mais aquela situação e decidiram ratificar o Plano Diretor Municipal parcialmente. Segundo a informação que tinha da Administração Central, as dificuldades tinham a ver fundamentalmente com as áreas do Parque Natural da Arrábida e com a Reserva Natural do Estuário do Sado. Aguardavam que fosse publicado em Diário da República aquela retificação para, depois, saberem exatamente onde houve dificuldades.

Na sequência da publicação em Diário da República, o Plano iria à reunião da Câmara Municipal e à sessão da Assembleia Municipal, porque eram as entidades que tinham competência nos termos da lei para aprovação do PDM.

Esperava que até meados de janeiro houvesse aquela publicação e que a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal pudessem vir rapidamente a apreciar e aprovar o Plano, no sentido de que aqueles investidores, que há cerca de dois anos aguardavam, pudessem rapidamente dar andamento aos projetos de investimento em Setúbal.

**Sr. Vereador Nuno Cruz** – Disse que houve uma questão colocada que foi meio-respondida, mas se assim o entendesse o senhor Presidente teria a oportunidade de responder, a qual estaria relacionada com a questão da paragem.

Disse que a preocupação daquela paragem não era caso único, dando o exemplo de uma paragem que terá tido uma alteração que prejudicava bastante os munícipes, a paragem que estava em frente ao Largo de Jesus, que por razões estéticas terá sido deslocalizada cerca de 60/70 metros para o lado direito. Com aquela alteração terá sido deslocalizada para uma zona muito mais perigosa, porque tinha ficado entalada entre uma estrada e um passeio estreito, dificultando a passagem das pessoas naquela zona, a maioria pessoas com alguma idade que vinham do lado da zona comercial. No entanto, a sua questão prendia-se com a paragem frente ao Colégio de Santa Ana.

Relativamente à questão do Campo do Forte da Bela Vista, disse que o senhor Presidente tivera oportunidade de se reunir com a Associação, assim como a vereação do PSD, no entanto, a versão da Associação era ligeiramente diferente.

Questionou o senhor Presidente se a gestão do campo, naquele momento, estava da parte da Associação ou se estava da parte do município. A questão era legítima porque sabiam que tinha sido preparado um acordo de cedência à Associação, só não sabiam se o mesmo entrou ou não em vigência, o que fazia toda a diferença. Se a instalação, naquele momento, estivesse sob gestão da Associação, a responsabilidade dos equipamentos e dos materiais colocados eram da Associação, independentemente de acharem que o município poderia na mesma ajudá-los depois do assalto. Se a instalação estivesse sob gestão do município de Setúbal o assunto era completamente diferente, porque era da responsabilidade do município assegurar os bens que lá estavam e se a Associação “Os Africanos” tinham os seus materiais, era porque tinha sido autorizado pelo município de Setúbal e sendo assim seria a responsabilidade do município de Setúbal salvaguardar aqueles interesses e auxiliar a Associação na sua recuperação.

Disse ter alguma experiência profissional naquela área, porque trabalhava com 52 municípios e infelizmente Setúbal tinha o maior rácio de campos chamado terra batida, pelo menos quatro campos de terra batida, o que já não acontecia nos outros concelhos, o que promovia a deslealdade entre clubes e as zonas onde terá deixado de existir praticamente futebol era exatamente as zonas onde os clubes tinham campos em terra batida, a zona do Viso e de Praias do Sado.

Disse haver uma divergência entre a mensagem que o Presidente passou e a mensagem que lhes passaram e com a sua experiência percebia aquilo que a Associação pretendia dizer. O senhor Presidente disse que iriam aguardar que a Associação tivesse as condições para poder desenvolver a atividade desportiva no campo. Questionou o senhor Presidente, quantos clubes em Setúbal tiveram que ter primeiro as condições para depois poderem desenvolver uma atividade e se não seria o contrário, se não teriam de ter uma instalação preparada. Questionou como é que a Associação iria criar equipas de futebol masculino e feminino, como iriam atrair jovens para a Associação se não tinham uma instalação. Se aquele campo fosse arranjado e se dessem as mesmas condições - e bem - que deram ao Campo da Cova da Canastra, certamente que a Associação iria desenvolver os seus objetivos, ter em competição as equipas de futebol.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Nuno Cruz que relativamente às paragens, disse que registou as questões que levantou e iria procurar dar resposta e avaliar a situação.

No que se referia à questão da Associação Desportivo “Os Africanos”, a conversa que tiveram fora exatamente nos termos em que transmitira. Quando a Associação tivesse as equipas para poder participar, naquele novo quadro de alargamento de dois novos campos relvados em Setúbal, encontrariam com eles a melhor solução para dar resposta àquela iniciativa da Associação. Referiu que a Associação naquele momento tinha uma sede, tendo condições para desenvolver a sua atividade.

O compromisso fundamental da Câmara Municipal era garantir aos clubes e às organizações a capacidade de instalação, no sentido de poderem preparar e desenvolver melhor as suas atividades, contribuindo para que o município de Setúbal tivesse aquela dinâmica e um maior contributo por parte das coletividades, sendo aquele o objetivo da Câmara Municipal.

Relativamente ao Campo do Forte da Bela vista, tinha sido transmitido que a Câmara Municipal iria refletir sobre o seu futuro, sendo que a sua gestão estava na posse da Câmara Municipal, não era da responsabilidade da Associação, como não era nenhum outro campo. Não havia nenhum clube em Setúbal que tivesse a responsabilidade de uma instalação desportiva e era no âmbito das parcerias com os vários clubes que os equipamentos desportivos da Câmara Municipal eram geridos.

Não poderiam dar-se ao luxo de entregar campos e equipamentos a uma coletividade, quando sabiam que existia um conjunto de coletividades que precisavam de ter atividade desportiva. Tudo aquilo poderia ser gerido com o envolvimento dos clubes e com a direção da Câmara Municipal.

Não havendo mais questões, passariam para o ponto dois do período de antes da ordem do dia.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 14 e 15:

#### **“Saudação**

#### **48.º aniversário Teatro Animação de Setúbal (TAS)**

*Neste seu 48º aniversário, o Teatro Animação de Setúbal (TAS) merece as mais calorosas felicitações dos Vereadores do Partido Social Democrata da Câmara Municipal de Setúbal. Esta é uma companhia de teatro que, apesar dos anos, mantém uma vitalidade notável, demonstrando uma saúde artística invejável, sempre procurando renovar-se ao longo do tempo.*

*No fundo, o TAS é bastante mais do que uma companhia de teatro; é uma peça incontornável do rico panorama cultural da cidade. Ao longo dos anos, tem contribuído para a expressão artística local, proporcionando à comunidade momentos de reflexão, entretenimento e partilha.*

*A celebração dos 48 anos do TAS foi marcada por um evento especial, a representação da peça 'Amor, café frio e torradas queimadas', uma obra magistral escrita e encenada por Miguel Assis, que, além disso, brilha como um dos intérpretes principais, ao lado de Andreia Trindade.*

*Que o Teatro Animação de Setúbal continue a inspirar, a desafiar e a emocionar o público por muitos anos mais. Parabéns por esta trajetória notável e por contribuir significativamente para o enriquecimento cultural da nossa cidade. Que a arte continue a ser a força motriz do TAS, elevando Setúbal no palco das expressões culturais e artísticas, porque é deste compromisso com a comunidade que Setúbal se faz.”*

**“Saudação  
37.º aniversário Associação de Ténis de Setúbal**

A Associação de Ténis de Setúbal, que completou 37 anos no passado dia 17 de dezembro, merece as mais sinceras congratulações pela longa e notável trajetória ao serviço do ténis na nossa região.

Fundada em 1986, a Associação de Ténis de Setúbal emergiu como uma entidade pioneira e influente no panorama desportivo local. Ao longo destas quase quatro décadas, a sua dedicação ao desenvolvimento do ténis foi notável, não apenas no concelho de Setúbal, mas em todo o Distrito.

Atualmente, com mais de 1000 atletas federados, a Associação destaca-se pelo trabalho pioneiro na criação dos Centros Regionais de Treino, que se tornaram autênticas incubadoras de talento para a modalidade. Estes centros têm sido trampolins para alguns dos melhores tenistas da região, demonstrando o compromisso da Associação em promover a excelência no desporto.

Além disso, é de louvar a iniciativa da Associação de Ténis de Setúbal em envolver os jovens na prática do ténis, especialmente nas escolas. Esta vertente formativa é essencial para a identificação, seleção e nutrição de talentos desde tenra idade.

Que a Associação de Ténis de Setúbal continue a liderar e a inspirar, incentivando a paixão pelo ténis, formando atletas de excelência e contribuindo para o enriquecimento desportivo da nossa comunidade. Parabéns pelos 37 anos de dedicação ao ténis e ao desenvolvimento desportivo na região.”

**Sra. Vereadora Sandra Frota** – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 16 a 18:

**“Saudação  
Aniversário do TAS – Teatro Animação de Setúbal**

*Fundado em 1975, o TAS – Teatro Animação de Setúbal, a primeira companhia de teatro profissional da cidade de Setúbal, assinalou o seu 48º aniversário. Tem, desde a sua fundação, desempenhado um papel determinante para o desenvolvimento cultural do nosso concelho e região, tendo o seu trabalho sido reconhecido por diversas entidades, tanto a nível local como nacional.*

*Levando o nome de Setúbal e de Portugal pelo mundo, o TAS desenvolve projetos internacionais, tendo já passado por países como a França, Canadá, Roménia e Turquia. O seu repertório de qualidade, com uma linguagem cénica atual e acessível, prioriza autores de língua e expressão portuguesa nas suas produções, agindo como um verdadeiro embaixador das culturas lusófonas. Salienta-se igualmente a aposta que faz na formação e no contato com o público jovem através da realização de espetáculos de repertório escolar e de iniciativas de sensibilização na área das expressões artísticas. Leva a cena também espetáculos para o público infantojuvenil, desenvolvendo desta forma o gosto pelo teatro, junto dos mais novos.*

*Promover a cultura e a arte, apoiando as entidades culturais, em especial a nível local, democratizando o acesso às mesmas, é fundamental para o fortalecimento da nossa democracia, para a salvaguarda dos valores inerentes a esta e para a garantia dos Direitos Humanos. O teatro é, para além de uma importante forma de expressão, uma forma de participação cívica e de cidadania, pois contribui para a formação do indivíduo enquanto cidadão, seja ele ator ou espectador, pois ajuda a entender as diferenças do próximo e, acima de tudo, a respeitá-las.*

*Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o TAS – Teatro Animação de Setúbal, bem como todos aqueles que contribuem para a continuação da sua*



*atividade, por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

**“Saudação  
Aniversário da Associação de Ténis de Setúbal**

*A Associação de Ténis de Setúbal, fundada em 1986, celebrou o seu 37.º aniversário no passado dia 17 de dezembro.*

*Tem desenvolvido uma importante atividade junto dos seus associados, para a promoção e desenvolvimento da prática desportiva de ténis no nosso distrito, prestando um apoio imprescindível às entidades que, junto das populações, proporcionam a prática desta modalidade.*

*A Associação de Ténis de Setúbal desempenha, assim, um papel determinante para o desenvolvimento desportivo da nossa região, bem como para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações. Tem, à data, 38 clubes associados, milhares de atletas federados e dezenas de treinadores formados.*

*A sua participação na criação dos Centros Regionais de Treino, onde se aperfeiçoam os melhores tenistas da região, foi e continua a ser um importante contributo para a representação de Portugal a nível nacional e internacional nesta modalidade.*

*Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Ténis de Setúbal, reconhecendo o seu importante papel para o desenvolvimento desportivo da região, bem como o seu contributo na formação de atletas e fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

**“Saudação  
Aniversário da Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal**

*Fundada em 1984, a Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal tem desempenhado um papel determinante para o desenvolvimento e promoção da prática das diversas modalidades de ciclismo na nossa região.*

*A ACDS desenvolve um importante e reconhecido trabalho junto dos seus associados, clubes e coletividades do nosso distrito que oferecem às populações a prática desportiva e competitiva destas modalidades, defendendo os seus interesses, ajudando a divulgar a sua atividade, promovendo ações de formação, o intercâmbio de experiências e a organização de projetos, atividades e eventos.*

*A sua atividade, desenvolvida numa relação de proximidade com o restante movimento associativo e com o poder local, é, assim, um contributo indispensável para o desenvolvimento desportivo da nossa região, nomeadamente para a promoção da prática desportiva das várias modalidades de ciclismo, bem como para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.*

*Neste sentido, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação de Ciclismo do Distrito de Setúbal pelo seu 39º aniversário, bem como todos aqueles e aquelas que contribuem para a sua atividade, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”*

**Sr. Vereador Nuno Cruz** – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 19:

**“Saudação  
100.º Aniversário do Porto de Setúbal**

*As celebrações do centenário do Porto de Setúbal culminaram na passada segunda-feira, dia em que este completou 100 anos.*

*Ao longo do ano de 2023, foram muitas as atividades promovidas pela APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, que contou com fóruns, exposições, a organização das Festas da Baía assim como visitas aos terminais, com o objetivo de assinalar os 100 anos do Porto de Setúbal, mas também aproximá-lo à população, dando a conhecer a sua História, a sua atividade atual e o seu futuro, o qual está intrinsecamente ligado ao futuro do nosso concelho e região.*

*O Porto de Setúbal tem desempenhado, desde sempre, um papel determinante para o desenvolvimento económico e social do concelho, colocando-se na vanguarda daquilo que é a evolução da sociedade e da realidade económica local, nacional e internacional, marcada pelas novas necessidades do mercado e das populações.*

*Neste sentido, a APSS tem desenvolvido projetos em diversos domínios, com vista ao desenvolvimento sustentável e integral do nosso território, para a promoção de novos investimentos, estimulando o desenvolvimento do tecido empresarial e da economia setubalenses, em setores com cada vez mais relevância como o turismo, fazendo também a sua parte para a construção de um futuro sustentável, promovendo o investimento na transição energética e descarbonização.*

*A data que a APSS fixou como aniversário do Porto de Setúbal é 18 de dezembro, uma vez que a 18 de dezembro de 1923 foi criada a Junta Autónoma das Obras do Porto e Barra de Setúbal e do Rio Sado, tendo a primeira pedra sido lançada a 28 de julho de 1930, aquando da visita do Presidente da República e de membros do governo.*

*Porque o Porto de Setúbal tem passado, presente e futuro, durante 2023, a APSS deu a conhecer todo o trabalho desenvolvido, com início na primeira metade do século 20, o qual teve um impacto significativo no desenvolvimento económico do concelho, mas também aquilo que é o presente e o futuro, demonstrando o seu papel atual, a atividade que desenvolve junto do tecido empresarial, mas também da comunidade nas mais diversas áreas, como a cultura, a educação e o desporto, promovendo o debate e a discussão de temas que marcam a atualidade, desde a igualdade de género à crise climática.*

*O dia em que se celebrou o seu aniversário foi marcado por diversas iniciativas e pelo lançamento do quarto volume dos Cadernos do Arquivo, livro da autoria do historiador setubalense Diogo Ferreira, que espelha a investigação realizada sobre o processo de criação da Junta Autónoma das Obras do Porto de Barra de Setúbal e Rio Sado e sobre as obras realizadas entre 1930 e 1934, as quais regularizaram a margem do Sado, com a conquista de 600 mil metros quadrados de terrenos ao rio. Neste livro é também prestada a homenagem aos 600 operários que deram corpo ao projeto.*

*Apesar dos últimos anos terem sido marcados por grandes investimentos e projetos, como são exemplo com as dragagens, as quais custaram 25 milhões de euros e contribuíram para melhorar o acesso marítimo, com o aprofundamento do canal de navegação, existe ainda um longo caminho por trilhar, em especial com a modernização do acesso ferroviário, um projeto que será uma realidade e para o qual apenas se aguarda o lançamento do concurso público.*

*Descrever aquilo que tem sido o trabalho do Porto de Setúbal e da APSS, bem como o impacto que este teve e continua a ter na vida das populações do nosso concelho e região, é uma tarefa impossível. A sua atividade, seja junto do tecido empresarial, dos investidores, do poder local ou da comunidade, é, sem dúvida, um contributo inestimável para o desenvolvimento do nosso território e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.*

*Desta forma, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Porto de Setúbal e a APSS, órgãos sociais e trabalhadores por mais um aniversário, reconhecendo o seu importante papel para o desenvolvimento sustentável e integral do nosso concelho e região, e fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”*

**Sr. Presidente** – Leu o seguinte Voto de Pesar, pelo falecimento de Mariano Gonçalves, conforme documento anexo registado sob o n.º 20:

**“Voto de Pesar  
Mariano Gonçalves**

*A Câmara Municipal de Setúbal manifesta profundo pesar pelo falecimento de Mariano Gonçalves, setubalense com grande participação na vida cívica da cidade e do concelho. Mariano da Palma Gonçalves, além de intensa vida profissional relacionada com a gestão de empresas, esteve ligado a projetos jornalísticos da região como diretor, entre outras responsabilidades, foi presidente da SAD do Vitória Futebol Clube e ainda diretor-executivo da Setúbal POLIS, programa que desenvolveu intervenções, com base em parcerias entre o Governo e as câmaras municipais, do qual resultaram obras como a requalificação da Avenida Luisa Todi.  
A Câmara Municipal de Setúbal endereça à família enlutada sentidos pêsames.”*

De imediato foi feito um minuto de silêncio.

**B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**1. Deliberação n.º 1152/2023 – Proposta n.º 69/2023 – GAP – Apoio financeiro à Associação Setúbal Voz - Conferência-espetáculo na Assembleia da República**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**2. Deliberação n.º 1153/2023 – Proposta n.º 70/2023 – GAP – Contrato de Consórcio para o Desenvolvimento do Investimento Territorial Integrado “Rio de Culturas – Rede Urbana do Vale do Sado”**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 22 e 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**3. Deliberação n.º 1154/2023 – Proposta n.º 6/2023 – CBSS – Aceitação de doação ao Município, efetuada pela empresa “AICEP Global Parques”**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 24 e 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**4. Deliberação n.º 1155/2023 – Proposta n.º 448/2023 – CBSS/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 11/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para a aquisição de veículo urbano de combate a incêndios – Adjudicação**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 26 a 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**5. Deliberação n.º 1156/2023 – Proposta n.º 461/2023 – DAF/DICOR – Adjudicação da contratação do empréstimo MLP para Investimentos Municipais – PPI 2024**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 32 a 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

**6. Deliberação n.º 1157/2023 – Proposta n.º 462/2023 – DAF/DICONT – 9.ª Alteração Permutativa ao Orçamento da Despesa e 9.ª ao Plano de Atividades Municipal**

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 36 a 38.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse constar naquele documento, para a construção da nova biblioteca municipal, o valor de 6.500 mil euros. Disse que já se falou em reunião de câmara sobre a construção da nova biblioteca, sendo que o valor seria substancialmente mais baixo, cerca de três milhões de euros.

Questionou se, na realidade, o valor de três milhões de euros existiu e se tinha havido necessidade de ser alterado.

**Sr. Presidente** – Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que se tratava de um concurso promovido pela Ordem dos Arquitetos, em 2009/2010. Nessa altura, o projeto tinha o valor que o senhor Vereador referira. O objetivo da Câmara Municipal era de construir uma biblioteca municipal com a dignidade que se justificava para o município de Setúbal.

Naquela altura, havia alguns indícios, de que havia a possibilidade de candidaturas com financiamento, mas não tendo havido aquela disponibilidade e sendo que os projetos avançaram noutras áreas, a questão da biblioteca nunca chegara a ser considerada em termos da possibilidade de candidaturas a financiamento comunitário.

No entanto, terá havido outras opções, outras candidaturas, procurando sempre absorver o máximo de verbas de financiamento comunitário para vários outros projetos. O atual executivo decidira avançar com a construção da biblioteca e nesse sentido fora feita uma atualização pelos serviços dos custos daquele investimento aos preços atuais. Significava que aquele valor apresentado era um valor que resultava da avaliação dos serviços técnicos aos preços correntes para a construção da biblioteca.

Aquele processo terá iniciado por volta de 2009/2010 e os técnicos que participaram naquele projeto tinham como referência as bibliotecas àquele tempo.

Atualmente a frequência e o uso das bibliotecas tinham outras formas de consulta, designadamente a utilização das tecnologias disponíveis e era naquele sentido que faziam as consultas para que aquela biblioteca utilizasse as tecnologias disponíveis. O compromisso era de lançar aquele projeto com os valores atualizados para a construção, mas relativamente às tecnologias haveria certamente uma atualização que os técnicos das áreas estavam a estudar. Certamente que não estaria relacionado com o projeto de Arquitetura, mas com o projeto de tecnologias a utilizar, obrigando a investimentos diferentes daqueles que estavam apresentados para as candidaturas.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

#### **7. Deliberação n.º 1158/2023 – Proposta n.º 45/2023 – DEB/DIGEPE – Carta Educativa do Concelho de Setúbal**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 39 e 40.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse pretender destacar, relativamente à aprovação da Carta Educativa, que com aquele documento estariam a propor o alargamento, de uma forma muito sintética, da rede pré-escolar no município de Setúbal com a construção e ampliação de escolas do 1.º ciclo de regimes duplos. Estavam também a propor a requalificação de todo o parque escolar, incluindo as escolas transferidas pelo Ministério da Educação. Fizeram um desenho relativamente àquilo que eram as propostas a incluir nos programas de sucesso educativo, à semelhança do que já tinham feito com o programa 20/20 e iriam fazer com o programa 20/30.

Disse terem vários eixos na Carta Educativa que apontavam para as questões do sucesso educativo, mas também para as questões do ambiente e da sustentabilidade.

Não se esqueceram da necessidade do Governo e do Ministério da Educação decidirem relativamente às questões da resposta do ensino secundário em Azeitão.

Disse haver uma proposta de melhoria a nível energético em todas as escolas, tendo já iniciado um protocolo aprovado com ENA, para a substituição de todas as luminárias nas escolas 2/3 e ensino secundário.

Disse terem no projeto de construção e ampliação de escolas, uma vertente de abertura das escolas à comunidade, com instalações que pudessem ser partilhadas pela comunidade educativa e por todas as pessoas que incluíssem a comunidade. Deram um bom arranque a uma grande obra que iria permitir a eliminação de regimes duplos, a obra do Centro Escolar Barbosa do Bocage que se encontrava naquele momento em procedimento.

Destacou que as propostas da Carta Educativa vigorariam por dez anos, com uma estimativa de investimento a rondar os 90 milhões de euros, com todas as propostas que existiam, quer físicas, quer materiais.

Referiu que estaria prevista uma monitorização daquela Carta e caso fosse necessário procederiam a ajustes ou eventuais revisões, estando indicado na própria Carta a metodologia a seguir, em caso da monitorização da mesma.

Agradecera o esforço da equipa do Departamento de Educação que colaborara naquela Carta Educativa, bem como todos os senhores diretores, todos os conselhos gerais, todos os professores, assistentes operacionais, todas as associações de pais, todos os elementos da comunidade educativa, o Conselho Municipal de Educação, o Instituto Politécnico de Setúbal e a empresa Cedro que desenvolvera o trabalho técnico, para além dos outros técnicos municipais dos vários departamentos que também contribuíram para a elaboração da Carta.

Disse que se tratava de um documento muito importante para o município.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que fizeram uma série de considerações na altura quando a Carta foi pela primeira vez a reunião de câmara. Depois da Carta passar pelo Ministério da Educação, ela voltaria a reunião de Câmara, pelo que não pretendiam deixar de fazer algumas considerações.

Na página 125 da Carta referia que: *“A presente análise centra-se na Escola Profissional de Setúbal e na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, entidades que participaram no processo de inquirição realizado”* e dá nota que: *“A Escola Profissional Cristóvão Colombo não respondeu ao inquérito”*. Esperavam que tivesse sido feita todas as diligências no sentido de obter aquele contributo.

Verificaram que havia uma descrição da oferta profissional em todas aquelas escolas, nas frequências, nos resultados escolares, mas não viam uma análise à rede de oferta formativa em termos de empregabilidade ou de captação de novos alunos, tendo em conta os concelhos limítrofes a Setúbal.

Não viram referências àquilo que era o ensino artístico especializado, em regime integrado nas escolas de ensino básico em Azeitão.

Na página 242, quando falavam em: *“reforçar a ligação à comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior”*, talvez fosse não só abrir as escolas ao exterior, mas também fortalecer os espaços comunitários e incentivar a integração da comunidade nas dinâmicas escolares. Aquela abordagem holística poderia trazer diversos benefícios, pelo que encontraram algumas lacunas naquele sentido.

Uma vez que falavam num período de dez anos, sugeriu que corrigissem na página 246, onde se lia *2032/2033*, deveria ler-se *2023/2033*.

Disse que na avaliação era crucial que existissem momentos de consulta pública, nos quais deveriam envolver as famílias, os pais, alunos, professores, diretores, lideranças intermédias e a comunidade, porque era importante receberem o *feedback* e as sugestões.

Consideravam estarem em falta mais dados sobre aquilo que era a demografia, a mobilidade e o emprego.

Poderia ser interessante terem indicadores relativos àquilo que seria os índices de equidade como, por exemplo, as taxas de conclusão quer de portugueses, quer de estrangeiros.

Quando se falava na dotação dos estabelecimentos de ensino de material informático atualizado em computadores, em projetores, em quadros interativos, tendo em conta que falavam num período de dez anos, sendo muito tempo, seria interessante considerarem os painéis interativos, telas *“touch screen”*, *“software”* de segurança, kits de robótica, câmaras, microfones e até pensar na Inteligência Artificial, porque a mesma já se encontrava em 2023 e em 2033 certamente estaria muito mais presente nas suas vidas e na comunidade escolar.

Disse ser referido na Carta a falta de instalações e de espaço, mas também era preciso mencionar faltarem docentes qualificados, sendo que relativamente àquela situação não conseguira identificar nada.

Disse ser referido no documento que: *“Ao desenvolvimento de planos e programas de formação direcionados para a formação de pessoal auxiliar, para a formação contínua de professores e para a formação de dirigentes”*. Consideravam que as famílias também deveriam ter lugar, para se criar uma maior relação com a comunidade. Consideravam que as ações de sensibilização e até de formação em torno daquilo que dizia respeito à capacitação digital deveria ser assegurada. Disse que presenciaram que no início do ano letivo, alguns problemas de alguns pais, no que dizia respeito ao carregamento dos cartões dos alunos, fosse ultrapassado, pelo que teriam de fazer aquele trabalho junto das famílias.

Sugeriu iniciativas que visassem apoiar os alunos em situações socioeconómicas desfavoráveis, como seria o exemplo de bolsas de estudo e de mérito, programas que promovessem a inclusão de alunos com necessidades especiais de educação, grupos minoritários e imigrantes, garantindo acesso equitativo à educação; programas de mediação de conflitos para criar um ambiente escolar seguro e inclusivo; programas de voluntariado e participação cívica; programas de promoção do património local, programas de acesso à cultura; programas que promovessem intercâmbios entre escolas, interações com outras

comunidades e viagens educacionais para ampliar a perspetiva dos alunos sobre diferentes culturas.

Disse ser importante a realização de estudos de diagnóstico, a sua avaliação e a viabilidade de projetos em curso, nomeadamente os projetos educativos promovidos pela Câmara ou futuros, no que dizia respeito às acessibilidades, oferta profissional e organização da rede.

Seria crucial o reforço do investimento em estruturas de cidadãos e educação para a primeira infância.

Consideravam ser necessário definirem ações piloto, ações futuras e subsequentes, fazer um plano de hierarquização de ações para que pudessem ter uma carta educativa que lhes servisse naqueles dez anos.

Não poderia terminar sem dizer que verificara no quadro síntese de financiamento, no quadro 103, o investimento previsto para a criação de novas salas ou espaços letivos e de apoio para o 2.º/3.º ciclo e secundário, o valor era inferior, àquele que lhes iria custar a Biblioteca Municipal, o que seria curioso.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que a Carta Educativa tinha uma função específica que constava na lei, definir a questão dos equipamentos. O que se fez em muitos municípios, não era só no município de Setúbal, foi um diagnóstico exaustivo para poder fundamentar quais os equipamentos e que tipo deveriam ser enquadrados na Carta Educativa.

Na anterior reunião de câmara em que assunto tinha sido abordado estava presente a senhora Vereadora Rute, tendo registado todas as suas sugestões. Disse que explicou à senhora Vereadora que, naquele momento, estariam a trabalhar num outro documento, sendo que a maioria daquelas sugestões eram muito válidas para o Projeto Educativo Municipal Local. Tratava-se também de um documento estratégico que a par da Carta Educativa definia a estratégia da Câmara Municipal de Setúbal para a educação. Aquele era o documento que trabalhavam o qual já tinha sido falado em Conselho Municipal de Educação, porque ele empiricamente existia, mas não estava sistematizado num documento.

Muitas das questões colocadas pela senhora Vereadora o executivo já estaria a trabalhar nelas, nomeadamente na mediação cultural e outras, como seria o caso do programa das aprendizagens e da recuperação das aprendizagens, no programa do sucesso escolar de 20/20 e estando a ser construído para o 20/30 e muitas daquelas sugestões iriam entrar no Projeto Educativo Municipal ou do Projeto Educativo Local, que estava naquele momento a ser elaborado e do qual já tinha feito a proposta para o Instituto Politécnico colaborar na revisão técnica e científica do mesmo, porque lhes fazia sentido, tendo em conta a ligação que tinham.

Disse que a Carta Educativa pecava um pouco pela diversidade de situações que acolhia, no entanto, nada daquela matéria seria por processo, e haveria coisas que iriam ser repetidas no âmbito do Projeto Educativo Municipal. Todas as questões que a senhora Vereadora Sónia Martins colocara eram muito pertinentes, nomeadamente naquilo que dizia respeito à educação inclusiva e no que dizia respeito às questões relacionadas com os alunos estrangeiros que receberam.

Relativamente ao investimento, aparecia na parte desagregado daquilo que eram as novas salas, mas depois aparecia pelos vários estabelecimentos, fazendo referência ao programa que tinha sido aprovado pelo Governo para a requalificação das escolas, porque nessa altura já tinham a respetiva informação.

Em relação a outras questões que a senhora Vereadora Sónia Martins colocara, disse que poderia haver pequenas gralhas e terá certamente sido anotado pela Dra. Márcia. Caso os vereadores concordassem, depois introduziriam aquelas correções no relatório, porque não iriam deixar passar o documento com algumas gralhas.

**Sr. Vereadora Sónia Martins** – Disse que daquilo que leram apenas detetaram a alteração nas datas.

**Sra. Vice-Presidente** – Disse que iria pedir autorização ao senhor Presidente para poderem corrigir as datas, para não ir com aquele erro para a Assembleia Municipal. Informou a senhora Vereadora Sónia Martins, que acolheram as suas sugestões, e consideravam que as mesmas seriam incluídas no Projeto Educativo Municipal e que posteriormente iria à reunião da Câmara Municipal e Assembleia Municipal.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que iriam disponibilizar o documento com a análise que fizeram, porque seria mais fácil para os serviços e para que o mesmo pudesse constar em ata.

**Sra. Vice-Presidente** – Agradeceu a disponibilidade da senhora Vereadora Sónia Martins. Disse que a Carta Educativa tinha uma espécie de uma falha, porque ela previa a apreciação de várias pessoas, mas só nos órgãos, que seriam o Conselho Municipal, o Ministério da Educação e a Câmara Municipal.

Disse que o Projeto Educativo Municipal seria colocado à discussão pública e aberto a toda a comunidade, o que iria fazer toda a diferença.

**Sr. Presidente** – Disse que a Carta Educativa Municipal era um documento considerado um documento obrigatório e oficial, bebendo daquilo que eram as realidades e daquilo que era a possibilidade de avaliação disponível das situações.

Disse que gostaria de referir duas ou três situações que poderiam ter a sua reflexão no Projeto Educativo Municipal, porque se justificava que assim fosse.

Gostaria de salientar dois aspetos que estavam referenciados na Carta e que estariam relacionados com a educação profissional. Referiu que Setúbal tinha dois estabelecimentos de ensino profissional, a Escola Profissional de Setúbal e a Escola de Hotelaria de Setúbal.

Relativamente à Escola Profissional de Setúbal foi uma dedicação que a Câmara Municipal assumiu e cujos resultados foram um êxito no desenvolvimento daquela missão, de manter uma escola profissional em Setúbal e dar-lhe todas as condições para que os pais e os alunos pudessem frequentar aquela escola, continuando a ter o atual êxito, porque quando os alunos concluíam os seus cursos tinham emprego garantido, sendo para todos uma grande satisfação.

Naquele documento poderiam verificar que nos últimos três anos, a Escola Profissional teve um número crescente de alunos, pelo que estariam no bom caminho, no sentido de corresponder àquilo que era a necessidade da população.

Quanto à Escola de Hotelaria de Setúbal, a mesma surgira não há muitos anos. Em 2003/2004 discutiram a importância de ter uma escola de formação de turismo em Setúbal, porque Setúbal era um município que tinha um potencial de desenvolvimento turístico reconhecido por todos e os resultados demonstraram essa realidade, com as estatísticas e os vários reconhecimentos que a diferentes níveis foram reconhecidos aquele potencial que Setúbal oferecia na área do turismo.

Disse terem uma matéria-prima de excelência, que todos reconheciam, tinham os estabelecimentos da restauração reconhecidos a nível nacional, mas que há 20 anos tinham muita debilidade no serviço prestado a quem os visitava, por essa razão investiam muito em ter uma escola de hotelaria. Foi um caminho longo e difícil. A Câmara Municipal acabara por adquirir ao Estado o Quartel do 11 que estava ao abandono, tendo pago 1.700 mil euros e passado três ou quatro anos entregaram ao Estado aquele edificado para construir a Escola de Hoteleira. Não foi fácil aquele processo, porque havia uns concorrentes na envolvente que se posicionaram em melhor posição, no entanto, conseguiram o objetivo de instalar a Escola de Hotelaria.

Disse que a Escola de Hotelaria foi instalada no Quartel do 11 com um determinado compromisso, em que a Câmara Municipal de Setúbal ficaria com uma galeria, a chamada Galeria do 11, sendo que naquela altura não havia galerias municipais de exposição em Setúbal, assim como a possibilidade da utilização do auditório, embora o auditório servisse os



objetivos de desenvolvimento da formação e educação na Escola de Hotelaria, assim como espaço exterior que poderia ser usado pelas populações de Setúbal.

Disse que quando conheceu a Escola de Hotelaria, ela funcionava numas águas-furtadas num edifício da antiga Região da Costa Azul, tinha uns professores, uns mestres que eram dedicados e dizia-se que fazia parte da Escola de Hotelaria de Lisboa.

Posteriormente a Câmara Municipal disponibilizara um espaço de restauração no Parque do Bonfim, onde se instalara a escola de hotelaria, sendo importante introduzir o nome de Setúbal na Escola de Hotelaria de Lisboa. Na altura fizeram um investimento através do Instituto do Financiamento do Turismo de dez milhões de contos, tendo a escola funcionado durante uns anos, até que depois conseguiram criar uma escola de hotelaria de raiz, com uma componente de hotel, de restauração e bebidas, que eram as três componentes da formação da escola de hotelaria. Disse que estavam num processo que envolvera muita luta, para conseguirem ter uma escola de hotelaria em Setúbal, sendo que ela era um sucesso. Como constava nos dados daquele documento, mais de 70% dos jovens que frequentavam a escola não eram de Setúbal, apenas menos de 30% eram jovens de Setúbal, os cerca de 70% vinham da Área Metropolitana de Lisboa.

Disse que Setúbal tinha um equipamento que formava, um equipamento de referência, pelo que teriam certamente de agradecer aos seus professores e a todos aqueles que davam formação naquela escola, que faziam uma escola de referência na formação da área do turismo. Disse que era assim que iriam criar notoriedade em Setúbal, enquanto referência de oferta e de desenvolvimento que o município representava.

Disse que tinham um conjunto de escolas do ensino básico com algumas dificuldades e progressivamente foram criando novas salas, dando resposta à procura, no sentido de deixarem de ter escolas em regime duplo, passando a escolas a tempo inteiro. Aquele tinha sido o grande objetivo que prosseguiram ao longo dos anos.

Disse que o crescimento da população escolar nem sempre tinha sido regular, umas vezes avançava, outras vezes recuava em termos de procura. Lembrava-se de terem várias escolas que deixaram de ser utilizadas, porque não havia procura e as escolas passaram a ter outro uso para a comunidade. Passados alguns anos verificaram que havia necessidade de retomar aquelas escolas e progressivamente a população pré-escolar e do ensino básico tinham aumentado e a Câmara Municipal decidira construir mais duas escolas em Setúbal que pudessem garantir a escola a tempo inteiro para toda a população escolar do concelho. Sendo que uma delas iria iniciar a sua construção brevemente, que seria o Centro Escolar Barbosa do Bocage, criando as condições para que no centro da cidade não houvesse regimes duplos, assim como a construção da escola básica que decidiram localizar na freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra, designadamente na área da Quinta da Amizade, onde se desenvolveram três grandes urbanizações, havendo espaços públicos para a instalação da respetiva escola, permitindo que todas as escolas das freguesias de São Sebastião e de Gâmbia pudessem passar a tempo inteiro.

Disse que nos últimos dois anos a população escolar aumentara significativamente e continuava a haver uma procura crescente. Referiu que o objetivo seria, dentro dos próximos dois anos, resolver o problema do regime duplo, porque iria ficar muito condicionado. Transmitiu que tinham feito visitas a várias escolas na cidade no sentido de se ver quais as escolas que tinham condições para aumentar o número de salas de aula, tanto para o 1.º ciclo como para o pré-escolar, sendo uma aposta que tinham vindo a fazer, no sentido de ir de encontro àquilo que eram as preocupações das populações, porque cada vez mais existem famílias trabalhadoras, cada vez mais os avós estavam mais afastados. Disse que apesar daquele esforço e do planeamento que tinham feito, no sentido de corresponder ao objetivo de ter a escola a tempo inteiro.

Disse que a Carta Educativa dava resposta àquilo que eram as estatísticas, pelo que teriam de ter outros enquadramentos. Em determinada altura terá existido estabelecimentos que deixaram de ter atividade educativa e que passado dois ou três anos tinha sido necessário retomá-las, estando na fase de crescimento e da procura em termos populacionais, pelo que desconheciam o que iria acontecer dentro de dois ou três anos. Significava que poderiam

construir novos equipamentos e passados três ou quatro anos haver um retrocesso na procura, ou haveria uma estabilidade na procura não sendo necessário todo aquele investimento.

Disse que os investimentos eram sempre vultuosos quando se tratava daquele tipo de equipamentos e por essa razão teriam de ser ponderados. Estavam com atenção àquelas situações e iriam procurar dar resposta progressiva aos objetivos de terem a escola a tempo inteiro.

Disse que tinham sido confrontados ao receber a transferência de competências nas escolas do 2.º e 3.º ciclo e do secundário. Receberam naquelas transferências sete escolas, quatro das quais ficavam da responsabilidade da Câmara Municipal. daquelas quatro escolas, duas precisavam de requalificação e duas precisavam de ser substituídas. As duas que precisavam de requalificação era o chamado Liceu, em que procuraram que lhes fossem transmitidos os projetos para poder fazer a respetiva requalificação e alguma ampliação, porque tinham sido salas de aulas que foram construídas com determinados objetivos, sendo que atualmente a procura e as necessidades eram diferentes, havendo que fazer atualização e até a ampliação de algumas das salas de aula. Não havendo projeto, tiveram de fazer um levantamento técnico da situação, para poder elaborar um estudo prévio que, entretanto, tinha sido submetido à apreciação da Direção Regional da Educação. Disse que havia um compromisso da parte do Governo de abrir os concursos para apresentarem as candidaturas, que inicialmente seria até ao final de novembro, mas que não acontecera e desconhecia se iria acontecer até ao final de dezembro.

Referiu que a outra escola de requalificação era a Escola de Aranguez. A Câmara Municipal tinha feito algumas intervenções no sentido de garantir melhores condições à utilização pelos alunos, tendo em conta as infiltrações que aconteceram naquela escola, mas também com o objetivo de fazer uma ampliação, tendo em conta a procura. Aquele processo também tinha sido submetido à apreciação da DGEST. Estavam a falar de estudos prévios e era preciso que ficasse clarificado da parte do Governo como seriam feitos os financiamentos. Para além daquilo que já era conhecido tinha sido questionado o Governo no sentido de poderem ficar com melhor informação sobre aquelas intervenções.

Disse que existiam duas outras escolas, das quais tinham o parecer da DGESTE, de que a opção seria fazer escolas novos. Estavam a falar da Escola Barbosa do Bocage no centro da cidade, porque a sua estrutura estava em risco, sendo que uma parte da escola já não era utilizada, pelo que propuseram que fosse feita uma escola nova, sendo que a DGESTE também manifestara o mesmo parecer.

Disse que a outra escola, era a Escola 2/3 de Azeitão que estava na mesma situação, aumentaram o número de pavilhões, mas os pavilhões tinham o seu tempo de vida e a degradação era crescente, sendo que alguns desses pavilhões deixaram de ser utilizados. Disse que continuava a haver mais procura e a resposta era cada vez menor.

Referiu que, naquele momento, estavam num processo de necessidade de requalificação e ampliação de duas escolas e de duas escolas que precisavam de ser substituídas. Disse que era importante que todos tivessem consciência do que tinham pela frente. As candidaturas não abriram, estavam numa fase de estudo prévio, tendo em conta os atrasos por falta de projetos que a Direção Geral de Educação ou outra entidade da Administração Central, lhes pudesse facilitar a vida, significava que tinham os serviços da Câmara Municipal a fazer o respetivo levantamento. Disse que havia uma posição por parte da Câmara Municipal, mas desconheciam qual seria a reação, o entendimento da parte da Administração Central relativamente àquelas duas escolas que seriam de substituição, construindo escolas novas. Estavam numa fase de estudos prévios, aguardavam a abertura das candidaturas que ainda não acontecera. Quando fossem abertas as candidaturas, a Câmara apresentaria os estudos prévios e a seguir os projetos, que levavam meses a serem elaborados e quando os projetos estivessem elaborados e fossem aprovados pelas entidades da Administração, iriam lançar os concursos. Um concurso daquela dimensão e daquele valor, que andaria à volta dos 20 milhões de euros de investimento, eram concursos internacionais, levavam no mínimo um ano a decorrer, se as coisas corresse bem e depois tinham um período de três a quatro anos

para construir uma escola daquelas. Significava que só dali a cinco ou seis anos é que teriam aquelas escolas em condições de poderem acolher os seus jovens. Aquilo era uma preocupação muito grande que tinha manifestado a vários membros do Governo, percebia que eram decisões pesadas, havia investimentos que era necessário garantir, mas não podiam deixar de manifestar aquela grande preocupação pelo estado em que se encontravam aquelas escolas, já com grandes dificuldades em manter os jovens e que na melhor das hipóteses só dali por cinco/seis anos é que teriam escolas novas para dar resposta àqueles problemas.

Disse que pretendia deixar na reunião de câmara aquela preocupação, aquela avaliação, daquilo que tinha transmitido a vários membros do Governo e que era um problema grave que tinham pela frente. Pediu desculpas por se ter alongado naquele tipo de considerações e de informações, mas eram grandes as preocupações que todos tinham enquanto eleitos e que era importante também que as populações tivessem a informação sobre aquelas grandes dificuldades que a Câmara Municipal tinha de encarar pela frente.

Disse que a Câmara Municipal faria sempre as intervenções imediatas que eram urgentes, mas isso não resolveria os problemas de fundo que tinham pela frente.

Mencionou que não tinha falado da Escola Secundária de Azeitão que era uma outra preocupação que tinham. Apesar de todas as diligências que tinham desenvolvido junto dos membros do Governo, não viam luz ao fundo do túnel. Esperavam que o próximo Governo viesse dar aquela luz, ao dizer que a escola iria ser construída em Azeitão ou na Quinta do Conde, para servir o município naquela grande concentração urbana. Disse que era preciso que quem tinha competência já devia ter decidido sobre a importância de ter uma escola secundária para que os alunos de Azeitão não tivessem que fazer o ensino secundário numa escola em Sesimbra, Palmela ou Setúbal. Lamentava que assim fosse e porque a esperança era a última coisa a morrer, esperavam que o próximo Governo conseguisse ter uma resposta rápida para que a situação dos jovens em Azeitão pudesse ter uma solução que melhor servisse os seus objetivos e que correspondesse àquilo que eram as responsabilidades da Administração no encontrar da solução.

Pediu desculpas pelo tempo despendido, no entanto, estando no final do ano, era bom fazer um ponto da situação de algumas das suas grandes preocupações.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**8. Deliberação n.º 1159/2023 – Proposta n.º 453/2023 –  
DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º  
32/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento de refeições escolares  
para alunos dos jardins-de-infância, do 1.º, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e  
ensino secundário da rede pública do concelho, para os anos letivos  
2024/2025, 2025/2026 e 2026/2027- Abertura**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 41 a 44.

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que tinha uma dúvida relativamente às previsões para os anos 2024, 2025, 2026 e 2027. Segundo lhe parecia, de 2026 para 2027 tinha havido uma diferença, tendo diminuído para 27, certamente porque seria só até ao mês de junho, o que significava que seria cerca de quatro milhões.

Disse que em 2024 seria 1.157 mil e em 2025 e 2026 seria de três milhões e qualquer coisa. Questionou o porquê daquele acréscimo de despesa naqueles dois últimos anos.

**Sra. Vice-Presidente** – Informou o senhor Vereador Fernando Negrão que 2024 só funcionaria de setembro a dezembro daí ser só um milhão e tal, porque andavam ao contrário dos anos civis. No ano de 2025 iria ter o ano letivo 2024 e iria ter outra vez o setembro, o que seria praticamente os doze meses, tirando as interrupções letivas, por essa razão seriam os três milhões. No último ano, como ano letivo de 2027 acabava em junho, já não tinha o resto dos meses, ter-se-ia que abrir outro procedimento para o ano letivo 2027/2028. Por essa razão os valores eram substancialmente diferentes.

Disse que estavam a aprovar uma proposta no valor de quase 9 milhões de euros, o que era muito significativo para três anos letivos, mas era por uma boa causa, porque cada vez tinham mais alunos a comer nos refeitórios.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**9. Deliberação n.º 1160/2023 – Proposta n.º 463/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Ajuste direto n.º 132/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para o fornecimento de refeições escolares para alunos do 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário da rede pública do concelho, para o ano letivo 2022/2023 e 2023/2024 – Reposição do equilíbrio financeiro do contrato através da revisão extraordinária de preços**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 45 a 48, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**10. Deliberação n.º 1161/2023 – Proposta n.º 464/2023 – DEB/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso público n.º 02/2022/DAF/DICOMP/SECOMP para fornecimento de refeições escolares para alunos dos jardins de infância e para alunos do 1º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho, para os anos letivos de 2022/2023 e 2023/2024 – Reposição do equilíbrio financeiro do contrato através da revisão extraordinária de preços**

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 49 a 52, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**11. Deliberação n.º 1162/2023 – Proposta n.º 452/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 12/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para o aluguer de britadeira com operador, pelo período de 24 meses – Adjudicação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 53 a 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**12. Deliberação n.º 1163/2023 – Proposta n.º 460/2023 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 21/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços de fiscalização e coordenação de segurança e saúde e acompanhamento ambiental relativa à empreitada Requalificação do Bairro da Alameda das Palmeiras, em Setúbal – Adjudicação**

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 59 a 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**13. Deliberação n.º 1164/2023 – Proposta n.º 154/2023 – DCDJ – Aditamento ao Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal, a União das Freguesias de Setúbal e a Associação Centro de Bem Estar Social dos Reformados e Idosos de Setúbal**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Questionou o senhor Vereador Pedro Pina se aquele aumento teria que ver com o número de horas contratualizadas que aumentaram e não alterava o valor da hora que tinha sido pago nos últimos anos.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Informou a senhora Vereadora Sónia Martins que não alterava o valor da hora.

**Sr. Vereador Nuno Cruz** – Disse que a sua pergunta era exatamente a mesma que tinha sido feita pela senhora Vereadora Sónia Martins. Tendo em conta uma inflação bem superior nos últimos dois anos, questionou por que razão o município não previa também um reforço para poder acompanhar aquela inflação, sendo aquelas pessoas todas reformadas, sabendo que todas elas estavam a executar aquela tarefa para terem algum reforço financeiro.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Disse que não havia alteração do valor hora e interpretava a questão levantada da bancada do Partido Socialista, como uma sugestão a poder ser considerada e a analisar entre as partes e as entidades, considerando que se tratava efetivamente de um exercício de cidadania por pessoas já reformadas. No entanto, era uma questão que se entendia como uma sugestão a poder considerar no âmbito do protocolo.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que acompanhavam aquela sugestão, a qual poderia ser apresentada e deixada à consideração, porque o impacto também não deveria ser demasiado em termos financeiros. Na verdade, aquelas pessoas faziam um trabalho que era importante em vários sentidos, não só para a autarquia como para aquilo que era o envelhecimento ativo, em que todos tinham muita preocupação com aquelas questões. Aquelas pessoas mantinham-se ocupadas, o que seria de assinalar. Se pudessem dar aquele incentivo não seria demais.

**Sr. Presidente** – Disse que tinham ficado registadas aquelas considerações.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**14. Deliberação n.º 1165/2023 – Proposta n.º 155/2023 – DCDJ/DICUL – Venda de brochuras da Casa do Corpo Santo**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**15. Deliberação n.º 1166/2023 – Proposta n.º 156/2023 – DCDJ/DICUL – Consulta Pública – Plano Estratégico Municipal para a Cultura Setúbal 2030**

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 67 e 68.

**Sr. Vereador Pedro Pina** – Sem prejuízo de a reunião já ter algum tempo, solicitou um pouco de consideração, não querendo ocupar muito tempo, mas demorar um pouco mais na apresentação da proposta, considerando que o trabalho e o conteúdo do documento, pedia um pouco de compreensão a todos os vereadores e autorização do senhor Presidente para perder um pouco mais na apresentação daquela proposta:

*“Considerando que um plano estratégico municipal para a cultura não só preserva a herança de uma cidade como também impulsiona o desenvolvimento social económico e criativo, promovendo a criação de uma comunidade mais ativa e resiliente. Considerando que o município decidiu avançar com a concretização deste instrumento integrado no âmbito programa Operacional Regional de Lisboa do Portugal 20 20, aprovado em sede de candidatura destinado ao incremento de ações artísticas e culturais para a valorização da participação cívica e fruição cultural e patrimonial. Considerando que o município de Setúbal procura fomentar a cidadania cultural realçando o património, criação artística e diversidade territorial para garantir a democracia cultural, coesão social e sustentabilidade. Considerando a elaboração da versão zero do plano estratégico municipal para a cultura Setúbal 2030, desde outubro de 2022 resultante de um processo participativo, coordenado pelo Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura da Universidade do Minho em colaboração com este município. Considerando ainda a abordagem abrangente do processo, que inclui diagnóstico das dinâmicas culturais, municipais e a participação de 760 pessoas, culminando num laboratório de cidadão - Cultura Setúbal 2030. Considerando ainda a colaboração efetiva com os protagonistas do ecossistema cultural de Setúbal, na definição de 144 medidas, 36 objetivos, 12 dos objetivos estratégicos que se enquadram em 3 eixos estratégicos assentes no património, sustentabilidade e comunidades, criação, mediação e democracia cultural, redes de coesão e monitorização. Considerando que a metodologia concebida pelo Observatório de Políticas de Ciência da Comunicação e Cultura da Universidade do Minho indica a responsabilidade do executivo municipal na adequação de uma boa governança, onde a área da cultura é transversal, cujos modelos de governança devem ser multiagentes, setor público, setor privado, sociedade civil, transversais diferentes âmbitos de ação pública e multiníveis, diferentes níveis de Governo, propõe-se a aprovação*

*do procedimento de ter acordo com o abaixo exposto com a base no previsto na Lei de 75, 2003/2012:*

*A) Disponibilização do anexo para consulta pública, permitindo a integração de contribuições mantendo a integridade do trabalho.*

*B) Estabelecer um período de 30 dias úteis a contar do dia da aprovação da presente proposta para acolher contribuições e sugestões, através dos endereços eletrónicos apresentados incluídos nesta proposta.*

*C) Após o termo da consulta pública, o documento será revisto pelo Observatório das Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura da Universidade do Minho preservando o trabalho participado já desenvolvido.*

*D) O documento seguirá para aprovação da Assembleia Municipal garantido a sua execução.”* Para além daquela questão gostaria de abordar quatro dimensões que lhe pareciam importantes na valorização do documento que traziam a reunião de câmara. A primeira prendia-se com o facto de uma das barreiras que se observava em Portugal era a inexistência generalizada de planos estratégicos municipais de cultura. Estudos recentes do Observatório da Universidade do Minho e do Observatório do ISCTE revelavam que mais de 85% dos municípios portugueses não tinham planos e dos 25% dos municípios que diziam ter planos, na sua grande maioria não eram executados ou não eram utilizados como linha estratégica do seu trabalho.

Uma segunda nota importante ainda dentro daquela dimensão, disse que era importante construir um plano estratégico, sobretudo de documentos que seguissem orientações nacionais e internacionais e que sublinhavam há muito a necessidade de conceber e implementar planos à escala local. Concretamente a organização de Estados e Governos Locais referia que em 2004, aquela necessidade era já um imperativo, inscrito na Agenda 21 da Cultura. Ainda no âmbito da Organização dos Estados Ibero-Americanos referia que desde 2006, na Carta Cultural Ibero-Americana, ainda naquilo que dizia respeito ao Plano Nacional das Artes estabelecera uma medida com aquele foco, no seu plano de 2019/2024.

Por fim, a declaração “Mondiacult 2022” voltava a sublinhar a necessidade de pensar estrategicamente as políticas culturais municipais.

Disse que não se tratava de um documento que tinha o interesse apenas circunstancial, mas também se enquadrava naquilo que era uma ampla condição que vinha ao encontro de muitos documentos de carácter internacional.

Uma terceira dimensão ainda dentro daquela matéria: Referiu que desde 2019 que o Observatório de Políticas de Ciência, Comunicação e Cultura da Universidade do Minho tinha vindo a implementar, uma metodologia participativa e era também aquele o processo que acreditavam que fazia sentido construir, considerando também aquilo que era uma prática do município de Setúbal para a implementação dos planos estratégicos municipais para a cultura. Aquela escolha recaía exatamente dentro daquela entidade, face à experiência que tinha aquela metodologia em outros municípios, onde tinha vindo a desenvolver aquele mesmo processo.

Aquela metodologia tinha permitido um conhecimento mais apropriado. Começou a ser implementado em Setúbal no último trimestre de 2022 e integrou 4 fases, sendo que uma primeira fase era a fase de diagnóstico multidisciplinar e multidimensional das dinâmicas culturais do território, com a auscultação de 746 pessoas dos diferentes instrumentos de recolha de dados, onde se destacava a sessão de apresentação pública que contara com mais de uma centena de participantes. A observação direta de espaços e eventos culturais de todo o território com visitas a todas as freguesias em diferentes momentos, mas também com o contacto com as comunidades escolares e académicas. A realização de uma conferência municipal “Cultura Setúbal 22” aberta à comunidade, tendo contado com a participação de meia centena de participantes. A realização do encontro associativismo e as coletividades de cultura e recreio do concelho para o qual fora convidado todo o tecido associativo. Dez entrevistas semiestruturadas, personalizadas e selecionadas. Sete grupos de discussão temáticos. Quatrocentos e noventa e sete inquéritos por questionário, validado sobre práticas culturais dos cidadãos. Uma segunda fase estaria relacionada com a dinamização de um

laboratório cidadão através da metodologia, onde fora construído uma equipa permanente composta por mais de dez pessoas, permitindo assim análises “Swot” dinâmicas, percebendo as suas debilidades, forças, necessidades, boas práticas, más práticas, necessidades e objetivos.

Disse que estariam a iniciar uma terceira fase, a fase da governança, por essa razão apresentavam aquele documento que partiria para consulta pública, com os contributos de todos aqueles que não tendo oportunidade nos diferentes momentos a possibilidades de participação, poderiam ter a oportunidade de dar esse contributo, através de sugestões que seriam importantes e relevantes, considerando que era um documento que se pretendia que fosse considerado por todos. A consulta pública permitiria uma última revisão pelas comunidades. Posteriormente seria a aprovação do plano pelo executivo municipal e respetiva aprovação do plano em sede de Assembleia Municipal. Após aqueles procedimentos passariam à participação cidadã e à sua a sua execução.

Quando se falava de cultura falava-se acima de tudo de uma construção coletiva, mais do que construir empatias, seria sobretudo em todos aqueles que acreditavam que a cultura deveria ser um eixo de desenvolvimento de um território e para um território, com as pessoas e para as pessoas e onde aquele documento era fundamental e que os ajudasse a ter aquele azimute, construindo assim a possibilidade de uma terra onde a cultura tinha aquela possibilidade e aquele protagonismo.

**Sra. Vereadora Sónia Martins** – Disse que aquela era uma matéria muito importante. Saudou o facto de terem dado aquele passo. Disse que fariam chegar, como costumavam fazer naquelas matérias, os seus contributos por escrito dentro do período estabelecido.

**Sr. Vereador Nuno Cruz** – Disse que existia uma enorme diferença entre bancadas, naquilo que era a visão para a cultura setubalense, mas não seria aquela a base da sua intervenção. Não colocavam em causa o trabalho feito pela Universidade do Minho, nem a metodologia adotada. No entanto, a intervenção da Câmara Municipal de Setúbal na metodologia adotada trazia-lhes algumas dúvidas, as quais não seria a altura para serem debatidas.

Referiu que dada a dimensão do documento, a sua complexidade e porque ainda tinham algumas dúvidas, iriam continuar a analisar o documento e certamente no momento oportuno, no decorrer da discussão, também fariam chegar os seus contributos por forma a valorizar o documento.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

#### **16. Deliberação n.º 1167/2023 – Proposta n.º 326/2023 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida por “Verificação técnica ao abrigo do artigo 12.º do RGEU” - Processo n.º 18/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 69, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.



**17. Deliberação n.º 1168/2023 – Proposta n.º 327/2023 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida por “Verificação técnica ao abrigo do artigo 12.º do RGEU” - Processo n.º 19/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 70, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**18. Deliberação n.º 1169/2023 – Proposta n.º 328/2023 – DURB/DIGU – Aprovação de plano de demolição - Processo n.º 299/23**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 71, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**19. Deliberação n.º 1170/2023 – Proposta n.º 329/2023 – DURB/DIGU – Concessão da licença de demolição - Processo n.º 58/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**20. Deliberação n.º 1171/2023 – Proposta n.º 330/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação de arquitetura - Processo n.º 470/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**21. Deliberação n.º 1172/2023 – Proposta n.º 331/2023 – DURB/GAPRU – Aprovação do projeto de arquitetura - Processo n.º 311/20**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 74, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**22. Deliberação n.º 1173/2023 – Proposta n.º 332/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com rastreio auditivo gratuito - Processo n.º 13/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 75 a 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**23. Deliberação n.º 1174/2023 – Proposta n.º 333/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 8/22**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 78 e 79, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**24. Deliberação n.º 1175/2023 – Proposta n.º 334/2023 – DURB/GARIU – Painel publicitário tipo mini c/ 4m2 cada face - Processo n.º 9/22rojeto da Ata n.º 22/2023 - Reunião ordinária de 04 de outubro de 2023**

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 80 e 81, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

**C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não houve

**Sr. Vereador Fernando Negrão** – Disse que antes de terminar a reunião e estando a passar pela época que estavam a passar, não queria deixar de manifestar e saudar todos os colegas vereadores e todas as pessoas que colaboravam, todos aqueles que tinham assistido às reuniões, todos aqueles que apresentavam propostas, todos aqueles que queriam uma cidade melhor e um concelho melhor para viver, todos aqueles que no terreno apoiavam aqueles que mais necessitavam, todos aqueles que apoiavam as pessoas deficientes e principalmente aqueles que deveriam estar mais preocupados, desejou um Feliz Natal e o Ano Novo bom. Disse que tinha alguma dificuldade em dizer um Ano Novo bom, porque olhava para o futuro e não augurava muitas coisas positivas, mas queria acreditar que sim, ira fazer o esforço para que sim, sendo que dizia respeito a todas as forças políticas.

Disse que pretendia insistir num ponto do qual já tinha falado, o facto de continuarem a fazer política como faziam política, há 20, 30 ou 40 anos, faziam política rigorosamente da mesma maneira. Falando de si próprio, disse que também fazia a política da mesma maneira. Disse que existiam novas forças políticas, algumas delas de carácter radical, perigosas até para a sustentação da democracia, vindo com um novo discurso e com uma nova forma de fazer política. Não era que tivessem que imitar o que eles estavam a fazer, mas teriam de arranjar formas novas de apresentar os seus discursos, as suas ideias e principalmente o

relacionamento entre as pessoas que pertenciam àqueles partidos políticos. Disse que desconhecia a solução, mas uma coisa tinha a certeza ou mudavam a forma como faziam política de todos os partidos políticos ou corriam o sério risco de passar a viver numa democracia mais frágil. Apresentou às senhoras e senhores Vereadores e ao senhor Presidente, os votos de um Feliz Natal e que o Ano Novo lhes trouxesse coisas novas e melhores do que aquelas que tiveram.

**Sr. Vereador Joel Marques** – Disse que se associavam também àquela que tinha sido a saudação apresentada pelo senhor vereador Fernando Negrão. Naquela época natalícia faziam votos para que todos os setubalenses, de Gâmbia a Azeitão, pudessem ter um bom Natal e que o Ano Novo, com todos os desafios que 2024 lhes iria trazer, sem dúvida desafios significativos, que iriam alterar de uma forma muito marcante, aquilo que tinha sido a forma como tinham encarado a vida democrática.

Desejou, apesar de todos aqueles desafios, que o ano de 2024 pudesse ser um ano bom para todos, que trouxesse para todos o sucesso, felicidade, saúde e, acima de tudo que não colocasse em causa, sendo o ano em que se celebravam os 50 anos do 25 de Abril, tudo aquilo que tinham sido os ganhos que a Revolução dos Cravos lhes trouxera, os ganhos enquanto sociedade, os ganhos democráticos, os ganhos sociais que foram acumulados ao longo daqueles 50 anos.

**Sr. Presidente** – Disse que se associava às duas intervenções feitas anteriormente. Referiu que o 25 de Abril tinha sido feito para que todos trabalhassem todos os dias para aprofundar a democracia, a democracia participativa. Era daquela forma que poderiam encontrar melhores formas de desenvolvimento, envolvendo todas as populações, no sentido de alcançar um futuro melhor. Como tinha sido ali referido, havia algumas “nuvens por aí” algumas “bem pesadas”, da qual tinham a responsabilidade de fazer com aquele caminho do aprofundamento da democracia e da participação fosse feito e que aquelas “nuvens” fossem afastadas no sentido de não penalizar os objetivos do aprofundamento da democracia. Tal como referira o senhor Vereador Fernando Negrão, não sabiam muito bem como é que a coisa se deveria fazer e teriam de o fazer num processo democrático, o que seria fundamental, caso contrário colocariam em causa a própria democracia, o que não faria sentido, mas teriam que aprender a fazer o caminho, de forma a que pudessem alcançar aqueles objetivos. Aquele, também, era o seu desejo e a disponibilidade para contribuírem empenhadamente para esse objetivo.

Naquela quadra desejou a todos umas Boas Festas e um ano Novo de 2024, porque a esperança era a última coisa a morrer, esperando que 2024 fosse um pouco melhor do que 2023.

Informou os vereadores que tinha uma proposta para as datas das reuniões de câmara no mês de janeiro. Referiu que a primeira reunião de câmara de janeiro seria no dia 3, mas havia tolerância de ponto no dia 2, pelo que sugeriu passar a primeira reunião para o dia 10 de janeiro e a segunda reunião para o dia 24 de janeiro.

Disse que iria ser um mês com muita atividade, porque iriam entrar no ano dos 50 anos do 25 de Abril. Disse que iriam ter no dia 6 a inauguração de um memorial a Zeca Afonso, ficando todos convidados para poder participar no dia 6 às três da tarde, junto à zona ribeirinha. Seria uma iniciativa a nível nacional, mas, em particular para Setúbal, a inauguração daquele memorial a Zeca Afonso para que ficasse bem presente a todos aqueles que viviam em Setúbal e para aqueles que os visitavam, do homem e da sua obra que todos reconheciam, de como tinha sido um obreiro, do que tinha sido o 25 de Abril e do que era a ambição e a esperança de todo o trabalho que desenvolvera em Setúbal, pelo que fazia todo o sentido terem aquela referência física, relativamente a Zeca Afonso.

No dia 9 tinham a homenagem ao nascimento da Luísa Todi, durante o período da manhã junto à Glorieta e até dia 20 de janeiro iriam ter iniciativas daquilo a que chamaram um desafio que lançaram, num festival de canto lírico em Setúbal “Festival Luísa Todi”, que seria um primeiro passo no sentido de que Setúbal pudesse vir a ser também uma referência

naquele tipo cultura e porque tinham a responsabilidade de atualizarem a memória daquilo que tinha sido Luísa Todi, cantora lírica que representara Setúbal e Portugal pela Europa. Referiu que Setúbal tinha sempre um conjunto muito diversificado de iniciativas, sendo que aquelas duas iniciativas seriam marcantes no mês de janeiro, pelo que deixava o convite para a participação dos senhores vereadores e todos aqueles que quisessem acompanhar. Desejou um bom Natal, Boas Festas e Boas Entradas.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e quinze minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

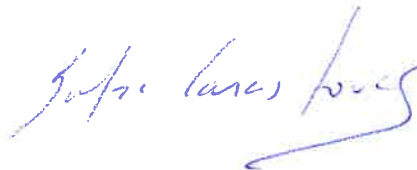
O Presidente da Câmara,



André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 17 de abril de 2024, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 28 folhas numeradas.

A Chefe da Divisão de Administração Geral,



Sofia Isabel Lopes Casas Novas

Elaborada por:  
Vitor Marcos

Conferida por:  
Ana Paula Lico

Revista por:  
Sofia Casas Novas